

HABEAS CORPUS Nº 458.984 - SE (2018/0171920-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : PAMELA CAROLINA SALMERON FERREIRA KREISCHER
ADVOGADO : PAMELA CAROLINA SALMERON FERREIRA KREISCHER -
SE007372
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : ITAMARA DOS SANTOS FERREIRA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PELA PRISÃO DOMICILIAR. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA, COM CONCESSÃO DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ITAMARA DOS SANTOS FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe proferido no HC n.º 201811649.

Consta dos autos que a Paciente teve a prisão preventiva decretada, em 18/01/2017, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

No presente *writ*, sustenta a Parte Impetrante, em suma, que, "*ao contrário do que foi dito pelo ilustre desembargador relator do juízo processante, a situação da ré não se amolda aos casos excepcionais previstos da referida decisão, devendo, pois, ser concedida a ordem a fim de substituir a prisão preventiva por domiciliar*" (fl. 3).

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 133-136.

As informações foram prestadas às fls. 139-142.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 146-151, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus* e pela não concessão da ordem, de ofício.

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que, em 27/11/2018, foi proferida sentença condenatória nos autos da ação penal em epígrafe, sendo concedido à Paciente o direito de apelar em liberdade, com a consequente determinação da expedição de alvará de soltura.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no presente *habeas corpus*, que objetivava demonstrar a existência de constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar da Paciente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora